

PLANO DE AÇÃO - Auditoria Operacional nº 951431							
Atualizado em:						03/09/2019	
Identificação do Problema							
Recomendação	Órgão responsável	Ponto focal	Ação a ser tomada	Benefício previsto	Prazo	Cronograma Executivo (físico/financeiro)	Atualização
1) promover a gestão ambiental integrada dos planos, programas e projetos (PPP) desenvolvidos pelas demais Secretarias de Estado, acompanhando e apoiando tecnicamente as ações desenvolvidas pelos Núcleos de Gestão Ambiental (NGAs) na elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para as atividades de extração do minério de ferro;	Superintendência de Gestão Ambiental - SUGA/SEMAD Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - DEARI/SEMAD SEDECTES	Da SEMAD: Fernanda Wasner/DEARI Patricia Rocha Maciel Fernandes/SUGA	Apoiar o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE para o setor de mineração de minério de ferro.	Planejamento do setor minerário para obter o desenvolvimento econômico sustentável visando delimitar potenciais áreas de implantação e expansão do setor e a preservação dos ecossistemas ferruginosos e seus mananciais, de forma a garantir a disponibilidade hídrica.	a ser definido pela SEDECTES	<p>A DEARI/SEMAD e a SEDECTES publicarão resolução conjunta reativando o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) da SEDECTES, que irá coordenar a elaboração do Plano Estadual da Mineração e a Avaliação Ambiental Estratégica- AAE da mineração de minério de ferro.Esta ação depende da definição do NGA que é composto por 3 servidores da SEDECTES.</p>	<p>1º monitoramento: Em 25/04/18 foi publicada a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.627/18, que institui o Núcleo de Gestão Ambiental na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Sedectes. A SEDECTES instituiu grupo de trabalho intersetorial para elaboração de Termo de Referência para contratação do Plano Estadual da Mineração. A Semad faz parte do GT, com três representantes (titular e dois suplentes).</p> <p>2º monitoramento: O GT para elaboração de TR para contratação do Plano Estadual da Mineração foi desmobilizado, ficando sob responsabilidade da Sedectes a continuidade desta ação. Foi publicada nova Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728, DE 28 de novembro de 2018, para substituição de membro componente do NGA Sedectes. Até o momento ocorreram quatro reuniões - 07/12/18, 20/12/18, 08/02/19 e 18/02/19 - para elaboração conjunta do TR para contratação da AAE.</p> <p>3º monitoramento: em função de substituição de membro do Núcleo de Gestão Ambianta - NGA solicitado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDE (antiga SEDECTES) será publicada nova resolução que altera a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728 de 28 de novembro de 2018. Para realizar as providências cabíveis foi aberto Processo no SEI nº 1370.01.0007640/2019-24 para publicação da nova resolução onde a SEMAD aguarda manifestação por parte da SEDE.</p> <p>4º monitoramento: Em consulta ao Processo SEI nº 1370.01.0007640/2019-24, pode-se observar que a nova resolução que altera a Resolução Conjunta Semad/Sedectes nº 2.728 ainda não foi publicada e encontra-se em tramitação no âmbito da SEDE, sendo que o último documento do processo é o Memorando.SEDE/SPMEL nº 61/2019 de 17/10/2019.</p>
					janeiro/2018 a dezembro/2018	<p>A SEMAD deverá garantir no orçamento previsto no PPAG para 2018, recursos para contratação de cooperação técnica, científica e financeira com instituição de relevante conhecimento nos procedimentos metodológicos da AAE em ação de responsabilidade da SEMAD.</p> <p>Custo: R\$ 200 mil</p>	<p>1º monitoramento: O orçamento para a contratação da consultoria foi previsto no PPAG 2018, porém não foi aprovado pela COF/SEF. Foi solicitado no PPAG 2019 novamente.</p> <p>2º monitoramento: A Semad declinou da contratação da consultoria para elaboração do Termo de Referencia - TR, tendo definido que seu corpo técnico, em conjunto com o NGA/Sedectes, procederia com a elaboração de minuta de TR para contratação da AAE, que encontra-se em elaboração. Importante ressaltar que, conforme exposto no Decreto nº 43.372, de 5 de junho de 2003, a responsabilidade de contratação do estudo de AAE é da pasta de origem da política, plano ou programa setorial, que no caso é a Sedectes. Dessa forma, a Semad se comprometeu a apoiar tecnicamente a elaboração do TR e o acompanhamento do desenvolvimento do estudo.</p> <p>3º monitoramento: A SEMAD e a SEDE finalizaram, em junho de 2019, o TR para a contratação da AAE da mineração de ferro em junho de 2019. Ação concluída</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
					após a definição da SEDECTES em relação ao planejamento do setor de mineração de minério de ferro que será coordenado pela SEDECTES.	<p>A SUGA/SEMAD apoiará na elaboração do Termo de Referência-TR, juntamente com os demais representantes dos Núcleos de Gestão Ambiental-NGAs e especialistas a serem contratados pela SEMAD para desenvolvimento, consulta pública, revisão, dentre outros previstas no instrumento da AAE.</p>	<p>Atualização março/19: Em alinhamento entre os Secretários da Semad e da Sedectes, ficou acordado que a Semad deveria inserir uma ação específica na proposta da LOA 2019 para previsão de recursos para a elaboração da AAE do setor de mineração de ferro, bem como para o Plano Estadual de Mineração, de forma a fornecer posteriormente, via TDCO - Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário, apoio financeiro a Sedectes para efetivação desses produtos. Essa previsão foi feita por meio da Ação 4204, que tem orçamento de R\$ 1.384.281,00, enviada na proposta orçamentária LOA 2019 da Semad.</p> <p>3º monitoramento: TR para a contratação da AAE da mineração de ferro concluído. Quanto aos recursos financeiros que a SEMAD propõe apoiar a AAE (Ação 4204 da LOA 2019) encontram-se concluídos os documentos necessários para a realização do TDCO (TR para contratação de consultoria; justificativa técnica do órgão gerenciador do crédito; Plano de Trabalho do TDCO com cronograma de desembolso); processo de solicitação de TDCO instruído no SEI sob o nº 1220.01.0001072/2019-04; a Semad está em articulação com a SEF para execução dos recursos da TRFM, na qual foi apresentada o início da execução orçamentária e financeira da AAE para 2019; desta forma será possível iniciar a celebração do TDCO e logo após a publicação poderá ser iniciado o procedimento licitatório; a SUGA solicitou também ao Gabinete da SEMAD, em 13 de maio/2019 a inclusão da AAE no Banco de Projetos 2019 para captação de recursos, caso fosse necessário. Durante o desenvolvimento dos estudos de AAE pela SEDE, a equipe do SISEMA estará contribuindo tecnicamente na avaliação dos produto.</p> <p>4º Monitoramento: Dando continuidade às ações referentes a AAE da atividade de minério de ferro no Estado de Minas Gerais, a instrução do processo de formalização do TDCO entre a SEMAD e a SEDE para contratação de consultoria está em fase de finalização, conforme se verifica no processo SEI nº 1220.01.0001072/2019-0. Durante as tratativas para celebração do TDCO entre SEMAD e SEDE, ocorreram mudanças nas competências da SEMAD e da FEAM (Decretos em anexo) tendo a competência de: “orientar, avaliar e acompanhar estudos e avaliações ambientais territoriais, em especial a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e a Avaliação Ambiental Integrada (AAI), em articulação com outras entidades do poder público, representantes da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa” sido transferida para a Feam, por meio da Diretoria de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental e da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial. Em função dessa mudança de competência, foi previsto na LOA 2020 da FEAM a dotação orçamentaria de R\$ 2.206.000,00 para execução da AAE com recursos provenientes da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM). A Nota Técnica nº 1/FEAM/DIGA/2020 (anexa) apresenta os esclarecimentos referentes a alteração da titularidade do TDCO entre as instituições e informações detalhadas sobre o processo do TDCO até janeiro de 2020. A nova minuta do TDCO entre FEAM e SEDE encontra-se em fase final de validação pela Procuradoria da FEAM. A SEDE aguarda a celebração do TDCO para abertura do processo licitatório. A Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.774 de 18/02/2019 referente aos ordenadores da Ação 4204 à época da SEMAD foi alterada para a Ação 4240 de acordo com a LOA 2020 (Portaria Feam nº659, de 16 de janeiro de 2020).</p>

2) desenvolver estudos de Avaliação Ambiental Integrada (AAI) dos impactos cumulativos e sinérgicos dos empreendimentos de mineração de ferro por bacia hidrográfica, objetivando orientar a tomada de decisões e a compatibilização do uso e conservação dos recursos naturais.	Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais - DEPA/SUGA/SEMAD	Patricia Rocha Maciel Fernandes /SUGA	Instituição da AAI como instrumento de apoio ao planejamento da implantação, operação e ampliação de empreendimentos de mineração de minério de ferro no Estado de Minas Gerais por meio de uma Deliberação Normativa COPAM.	<ul style="list-style-type: none">• A identificação e avaliação de cumulatividade e sinergia resultantes dos impactos ambientais ocasionados pelo conjunto de empreendimentos que exploram o minério de ferro, em determinada unidade territorial.• Definição de diretrizes e recomendações que venham reduzir os riscos e incertezas no processo de desenvolvimento socioambiental, considerando a implantação de novos empreendimentos de mineração de minério de ferro ou a ampliação dos existentes, inclusive de estruturas auxiliares como barragens de rejeitos.• Melhoria da eficácia dos estudos de avaliação individualizada associados à regularização ambiental de empreendimentos de mineração de minério de ferro, sendo a AAI um subsídio para a elaboração dos Termos de Referência mais específicos dos estudos ambientais para fins de licenciamento.• Identificação e definição de estratégias para reabilitação de passivos ambientais e para atendimento aos requisitos legais para a fase de Fechamento de Mina.	outubro a dezembro/2017	Retomada da discussão sobre a proposta de DN que institui a AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro, incluindo as definições técnicas sobre a abrangência de área de estudo, a estrutura metodológica, a responsabilidade de execução entre outros elementos.	<p>Atualização março/19: Solicitação de alteração da "Ação a ser tomada" bem como do "cronograma executivo" referente a recomendação nº2, conforme Nota Técnica nº 1/SEMAD/SUGA/2018, anexa.</p> <p>O resultado das discussões técnicas entre SEMAD e seus órgãos vinculados FEAM e IGAM concluiu pela inviabilidade de elaboração de minuta de Deliberação Normativa, nesse momento, para regulamentar o instrumento AAI para a atividade de mineração de ferro.</p> <p>Realizada discussão com dirigentes da SEMAD, que indicou novo posicionamento institucional, tendo como diretriz a elaboração de metodologia para inserção de critérios de AAI no âmbito dos processos de licenciamento ambiental das atividades de mineração de ferro. Nova proposta de Plano de Ação seguirá, na forma de Nota Técnica DEPA/SUGA a ser enviada via processo SEI.</p>
					1º semestre/2018	Elaboração da minuta de Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro e encaminhamento para aprovação no COPAM.	<p>Nova proposta de cronograma:</p> <p>Desenvolvimento da proposta metodológica inclusão da AAI no licenciamento ambiental do setor de extração de minério de ferro, a partir de estudo em área piloto:</p> <p>1- Definição da área de estudo piloto - estudo iniciado.</p> <p>2- Levantamento de dados georreferenciados.</p> <p>3- Inserção na IDE Sisema.</p> <p>4- Análise ambiental territorial.</p> <p>5- Diagnóstico de impactos ambientais sobrepostos.</p> <p>6- Avaliação da efetividade e aplicabilidade dos resultados.</p> <p>7- Definição de instrumento contendo a base metodológica para AAI da mineração de ferro, em vista dos resultados do estudo e da avaliação da viabilidade técnica e institucional.</p>
					2º semestre/2018, conforme disponibilidade de pauta na CNR/COPAM	Processo de aprovação da Deliberação Normativa para AAI de empreendimentos de mineração de minério de ferro no COPAM.	<p>Até setembro/2019 pretende-se apresentar o escopo da proposta metodológica e o diagnóstico da área selecionada.</p> <p>3º monitoramento: Dando continuidade no desenvolvimento da proposta metodológica acordada por meio da Nota Técnica nº 1/SEMAD/SUGA/2018: "Desenvolver uma metodologia para inclusão de critérios, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, que permitam o aprimoramento da análise integrada dos impactos ambientais de empreendimentos de exploração de minério de ferro em uma determinada região", foi iniciado o levantamento de informações geoespaciais da área piloto para diagnóstico da área selecionada. A área piloto foi identificada conforme RELATÓRIO TÉCNICO DEPA 01/2019: "Definição da área piloto para desenvolvimento de proposta metodológica de incorporação da Avaliação Ambiental Integrada – AAI no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos de extração de minério de ferro". Foram feitas reuniões com representantes da Semad e seus órgãos vinculados, de forma a obter um grupo multidisciplinar, em que foram apontadas as bases e fontes existentes no âmbito do Sisema para obtenção das informações, as quais estão sendo compiladas e plotadas em um Sistema de Informação Georreferenciada – SIG. Também foi identificado que será necessário obter informações diretamente dos empreendimentos de extração de minério de ferro localizados na área piloto e, para isso, foi desenvolvido, pelo grupo, um formulário contendo o escopo da proposta metodológica, o qual foi apresentado e disponibilizado aos representantes desses empreendimentos em meados do mês de agosto/2019.</p>
					2º semestre/2018, após a aprovação da DN pelo COPAM.	Publicação de ato determinando a elaboração da AAI, conforme DN aprovada, para as áreas consideradas prioritárias.	<p>4º monitoramento: Conforme exposto no acompanhamento da demanda "Apoiar o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica AAE para o setor de mineração de minério de ferro", a atribuição de gestão da AAI também passou a ser competência da FEAM, mais especificamente da Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial (GEAAD) que vem aprofundando na análise inicialmente proposta a este Tribunal pela extinta Diretoria de Estudos e Projetos Ambientais (DEPA/Semad). Dando continuidade na definição de proposta metodológica para desenvolver a AAI em área piloto, foram recebidos pela GEAAD os dados e informações geoespaciais dos empreendimentos da área piloto. Foram enviados dados qualitativos sobre localização, frequência e parâmetros de pontos de monitoramento de biodiversidade, efluentes líquidos, ruído, vibração, vazões, qualidade do ar e qualidade da água superficial. Também foram recebidos dados gerais dos limites das estruturas dos empreendimentos minerários (barragens, diques, pilhas de estéril, cavas, oficinas, vias transporte de minério de ferro, etc.), pontos das fontes de poluição do ar e da água, dados de outorga de uso de recursos hídricos, áreas protegidas, cavidades, áreas de compensação ambiental e apoio socioeconômico. A GEAAD iniciou a construção do Banco de Dados Georreferenciados (BDGEO) do projeto AAI. A primeira etapa foi a integralização desses dados (dez/19 e jan/2020), envolvendo inventário, padronização e categorização. Foi necessária a organização dos dados recebidos de cada empreendimento de maneira que os mesmos pudessem ser avaliados conjuntamente, a partir da consistência da tabela de atributos dos arquivos vetoriais. Assim, buscou-se agrupar os elementos de mesma natureza desses arquivos. Com os dados consistidos será possível desenvolver análises por aspectos ambientais e, posteriormente, definir metodologia de avaliação integrada para alguns aspectos. Inicialmente, vislumbramos a possibilidade de desenvolver análises da qualidade do ar, através da integração dos Estudos de Dispersão Atmosférica (EDA) que são apresentados por alguns empreendimentos. Para tanto, foram levantados os EDAs já apresentados ao órgão ambiental pelos empreendimentos minerários localizados na área piloto (jan e fev/2020). De posse desses estudos, bem como, por exemplo, de dados meteorológicos e topográficos, pretende-se desenvolver metodologia que permita modelar a dispersão de particulados para a área piloto (set/2020).</p>

3) promover a revisão do Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM com vistas a oferecer informações abrangentes e atualizadas, necessárias às atividades de licenciamento ambiental, enquanto não houver migração de suas funções para o Sistema Integrado de Meio Ambiente – SISEMAnet;	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	<p>A SEMAD aprovou um conjunto de sistemas prioritários para os anos de 2017/2018, com vistas à melhoria dos seus processos. Especificamente relacionado ao Licenciamento Ambiental, foi autorizado o desenvolvimento de um sistema de Licenciamento Simplificado, de forma a desburocratizar a regularização de empreendimentos de baixo impacto no estado, o que representa 7289 processos da demanda por regularização.</p> <p>Estamos também desenvolvendo o Sistema de Agendamento - SIAG, cuja finalidade é introduzir o FCE e FOB <i>online</i> e agendar o acesso às SUPRAMs via web e através do LigMinas.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Celeridade na obtenção da Licença Ambiental pelo Empreendedor;• Disponibilizar à sociedade informações atualizadas sobre licenciamento dos empreendimentos minerários;• Gerir de forma eficiente o licenciamento ambiental, especialmente de atividades minerárias	até dezembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Licenciamento Ambiental Simplificado	<p>1º monitoramento: Foi elaborada a versão inicial do sistema, chamado sistema de requerimento de licenciamento ambiental, concluída em março/2018. O levantamento de requisitos foi concluído em agosto/18 e o escopo do sistema foi ampliado para atender todas as modalidades de licenciamento. Para acessar a versão inicial do sistema utilize o link a seguir: http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>4º monitoramento: Com o lançamento do SLA, em 05/11/2019, o sistema de requerimento será usado em caso de retificação de pedidos feitos anteriores à data de lançamento do novo sistema.</p>
					até junho/2018	Desenvolvimento do sistema Licenciamento Ambiental Simplificado	<p>1º monitoramento: Em função da implantação do sistema de requerimento de licenciamento ambiental (versão 1), que foi desenvolvido previamente ao sistema de licenciamento ambiental simplificado, e com a ampliação do escopo do sistema a previsão para o lançamento do sistema de licenciamento ambiental é janeiro/18.</p> <p>2º monitoramento: A versão 1 do sistema de licenciamento ambiental simplificado foi disponibilizada em produção desde março de 2018. A versão 2 (SLA), que contemplará não só o licenciamento ambiental simplificado, como também todas as outras modalidades, se encontra em desenvolvimento com a previsão de conclusão para junho/19. Já foram iniciados os testes da etapa de caracterização de empreendimentos.</p> <p>3º monitoramento: O SLA se encontra no final da fase 2 do desenvolvimento onde contempla o módulo de Análise das solicitações licenciamento. A previsão de homologação e posterior disponibilização em produção para usufruto da sociedade está prevista para a segunda quinzena de setembro/2019. O sistema conta, ainda, com outras 3 fases, totalizando 5 fases, previstas para serem implantadas gradativamente até 2022.</p> <p>4º monitoramento: Ação concluída - O SLA foi disponibilizado para a sociedade na data do dia 05 de novembro de 2019 e, portanto, é o sistema oficial de requerimento de licenciamento ambiental do Estado de Minas Gerais. Em março de 2020 será iniciada a fase de especificação dos itens que contemplam a 3ª fase do desenvolvimento do Sistema de Licenciamento Ambiental.</p>
					agosto/2017	Assinatura do termo de cooperação técnica - Sistema de Agendamento	<p>1º monitoramento: O sistema de agendamento foi desenvolvido e já encontra-se implantado em todas as Suprams, desde 06/03/18, por meio do Portal www.mg.gov.br, pelo aplicativo MG APP e pelo Lig Minas (155).</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
					até novembro/2017	Desenvolvimento do Sistema de Agendamento	
					até dezembro/2017	Implantação do Sistema de Agendamento em 3 Superintendências Regionais	
4) informar o prazo final para implementação do SISEMAnet, contemplando, até, a efetiva migração dos dados do SIAM;	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	<p>Após uma análise técnica por parte da Superintendência de Tecnologia da Informação, identificou-se a necessidade de revisão da estratégia em relação do SISEMANET, o qual não será retomado nos moldes inicialmente previstos. Essa mudança, busca a implementação gradual de sistemas numa nova arquitetura de forma a se evitar a construção de um grande sistema que dependa de integração que não são facilmente indifíceis. Nesse sentido, adotou-se a estratégia de reformulação do portal de segurança para consolidação de uma base única para os usuários dos sistemas do meio ambiente. Após a construção dessa base serão desenvolvidos novos sistemas nessa mesma base de forma gradual até que os sistemas estejam com o cadastro centralizado nesse portal. Até lá o SIAM continuará funcionando paralelamente e não há uma previsão para migração, que ocorrerá após um maior avanço dos estudos técnicos do projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Permitir maior transparência ao processo de licenciamento ambiental;• Gerir as informações ambientais de forma eficiente no âmbito do Sisema;• Permitir maior celeridade na execução das ações na área de licenciamento e fiscalização ambiental através de sistema online.	até setembro/2017	Levantamento de Requisitos - Portal de Segurança	<p>1º monitoramento: O sistema foi desenvolvido e homologado em 26/01/18, não é possível indicar o link uma vez que trata-se de acesso interno.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>4º monitoramento: Com o Lançamento do SLA, o Portal de Segurança passa a se chamar Portal Ecossistemas e passa a ser o meio de acesso do novo Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA</p>
					até outubro/2017	Desenvolvimento do sistema - Portal de Segurança	
					até novembro/2017	Homologação do sistema - Portal de Segurança	
					até dezembro/2017	Testes do sistema - Portal de Segurança	
					janeiro/2018	Início do sistema em produção - Portal de Segurança	
					Outubro a novembro/2017	Levantamento de requisitos - Sistema Autos de Infração	<p>1º monitoramento: Foram mapeados outros processos da área de fiscalização e o escopo do sistema foi ampliado para abranger, além dos autos de infração, outros processos, como denúncias dos cidadãos e requisições de órgãos de controle, fiscalizações, lavratura e processamento de autos de infração.</p> <p>Foi entregue o documento de visão, com prazo estimado para desenvolvimento de 6 meses. Após esse planejamento, o sistema de licenciamento teve o seu escopo ampliado para atender todos os tipos de licenciamento e, portanto, o início do desenvolvimento do sistema de fiscalização depende de contratação de uma empresa de desenvolvimento. Desta forma, está sendo feito um planejamento de TI para 2019 e essa ação será incluída, com previsão de conclusão no primeiro semestre de 2020.</p> <p>2º monitoramento: Em Dezembro de 2018 foi firmado um contrato (anexo) para viabilizar o uso de 80 dispositivos móveis contendo um sistema para lavratura on-line dos autos de infração. Ao que tange a execução, o projeto está em fase de apresentação das regras de negócio, produção de cronograma para posterior parametrização do sistema. A previsão de início do funcionamento é abril/19. A vigência deste contrato de prestação desse serviço é de 24 meses.</p> <p>Paralelamente, foram iniciados os estudos de integração do sistema de lavratura on-line com a fase de processamento dos autos de infração. Estes sistemas integrados suprirão a necessidade de automatizar a fiscalização trazendo melhoria na qualidade do atendimento e prestação do serviço ao autuado.</p> <p>3º monitoramento: O Sistema de Lavratura foi disponibilizado para uso em fase experimental, a fim de testar a ferramenta e identificar falhas e necessidades não identificadas durante sua especificação. Seu lançamento ocorreu em maio de 2019. Está planejado, ainda, o desenvolvimento de um sistema que contemple a etapa de processamento eletrônico dos autos lavrados, até o final de 2020.</p> <p>4º monitoramento: Sem atualização desde o 3º monitoramento no que se refere à etapa de processamento eletrônico de autos. Ressalta-se, entretanto, que essa ação foi inserida no âmbito dos projetos estratégicos do Sisema e que, no momento, a Semad está em fase de negociação com a Vale para financiamento do sistema com recursos de compensação pelo rompimento da barragem em Brumadinho. A previsão de conclusão, de acordo com o cronograma do projeto, é fevereiro de 2021.</p>
					Dezembro a Abril/2018	Desenvolvimento do sistema - Sistema Autos de Infração	
					Maio a Junho/2018	Homologação do sistema - Sistema Autos de Infração	
					Julho/2018	Início do sistema em produção - Autos de Infração	

5) manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMAnet), de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc.	Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD	Tiago Aroeira/STI	A Semad contratou a Prodemge para desenvolver o novo Sistema de Digitalização de Documentos - DIGIDESK, permitindo, em tempo real, a publicação de todos os documentos digitalizados no SIAM.	<ul style="list-style-type: none">• Disponibilização ao cidadão em tempo real de todos os documentos de licenciamento via web.• Disponibilização dos dados GEO online.• Permitir maior transparência ao processo de licenciamento e fiscalização ambiental.	até setembro/2017	Definição de padrões de tecnologia para GEOProcessamento	1º monitoramento: A IDE foi lançada para o público interno em 20/12/17 e disponibilizada ao público externo em fevereiro/2018. Para acessar, clique em http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/ Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento
			até dezembro/2017		Desenvolvimento do portal interno para upload de camadas IDE		
			até abril/2018		Desenvolvimento do módulo de administração - IDE		
			Junho/2018		Disponibilização da IDE		
			até outubro/2017		Avaliação do Portal da Transparência em homologação	1º monitoramento: Em 01/02/18 foi homologado Acordo Judicial entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Estado de Minas Gerais nos autos da Ação Civil Pública nº 2500927-09.2013.8.13.0024, onde na cláusula 2.1 há previsão de implementação do Portal da Transparência em um ano, ou seja, até 01/02/19. Para cumprimento dos prazos e obrigações do Acordo, foi elaborada a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2671 de 29/08/2018, publicada em 31/08/2018. O desenvolvimento do Portal já está em andamento e a previsão para conclusão é novembro/2018. 2º monitoramento: O Portal foi lançado no dia 23 de novembro de 2018, de forma irrestrita a toda sociedade, no endereço http://transparencia.meioambiente.mg.gov.br/ Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento	
			até dezembro/2017		Ajustes no Portal da Transparência		
			até maio/2018		Testes no Portal da Transparência		
					Agosto/2018	Publicação da versão final do Portal da Transparência	
6) estabelecer padrões e normas específicas para os procedimentos e critérios técnicos metodológicos adotados no processo de licenciamento ambiental por tipo de empreendimento;	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SURAM/ SEMAD Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD	Liana Notari/SUARA Bruno Tavares/ASNOP	Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016. Foram elaboradas 08 Orientações SISEMA e 08 Instruções de	<p>Com a nova estrutura do licenciamento ambiental, com a alteração da organização da Semad, IEF, IGAM e FEAM e com o fomento de Orientações e Instruções de serviços, estima-se que às atividades inerentes aos processos de licenciamento ambiental sejam padronizadas, evitando que cada analista/gestor ambiental estabeleça seus próprios critérios e métodos de análise. Com a criação das Câmaras Técnicas, com caráter deliberativo e normativo, permite-se que os processos de cada regional do Sisema seja analisado pelo mesmo conselho, o que fomenta a padronização das decisões administrativas relacionadas ao licenciamento ambiental.</p>	Contínuo	Elaboração de Orientações e Instruções de Serviço	Atualização fevereiro/2020: Com a publicação da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e da Resolução Semad nº 2.926, de 08 de janeiro de 2020, a Assessoria de Normas e Procedimentos foi substituída pelo Núcleo de Normas e Procedimentos, vinculado ao Gabinete da Semad. Dentre as competências do novo núcleo, destaca-se a seguinte "revisar as instruções de serviço de natureza técnica, relativas à execução dos atos autorizativos, à fiscalização e ao monitoramento ambiental, elaboradas pela unidade competente do Sisema, encaminhando-as para divulgação no site eletrônico da Semad". Desde a última atualização do plano de ação, em agosto de 2019, foram elaboradas as seguintes Instruções de Serviço Sisema: Instrução de Serviço Sisema 06/2019 - Procedimentos para análise, acompanhamento e conclusão, no âmbito interno do Sisema, das solicitações de licenciamento ambiental realizadas por meio do novo Sistema de Licenciamento Ambiental do Estado de Minas Gerais; Instrução de Serviço Sisema 01/2020 Procedimentos para prorrogação dos prazos de validade das licenças de operação.
			Serviços. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004. Estão em elaboração minutas de decretos da organização e das competências das entidades vinculadas ao Sisema (IEF, FEAM e IGAM). Ressalta-se, ainda, que foram criadas Câmaras Técnicas Especializadas por meio do Decreto Estadual n.º 46.953/2016. Além disso, está prevista a realização de treinamentos para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional.		17 a 19 de outubro/2017	Curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro.	Atualização fevereiro/2020: desde o último monitoramento, foram realizadas visitas às Supram's Central Metropolitana, Norte de Minas e Superintendência de Projetos Prioritários a fim de promover alinhamento e divulgar procedimentos às equipes de regularização. Ademais, foram realizadas capacitações internas para uso do sistema SLA em 01/10/19, 02/10/19, 23/10/19 e 24/10/19.
					até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	1º monitoramento: A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558 Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento
					até dezembro/2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM	1º monitoramento: Foram publicados os Decretos de Competências do IEF Decreto nº 47344, de 23/01/2018 do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos foram publicados no dia 24/01/2018 conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466 e da Feam, decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543 Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento

7) criar Termos de Referência específicos para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental – EIA e do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, relativos aos empreendimentos de minério de ferro, considerando o meio ambiente como um todo (natural, socioeconômico, patrimônio histórico e arqueológico);	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD Gerência de Pesquisas e Projetos - GEPRO/FEAM	Liana Notari/DATEN Letícia Capistrano/FEAM	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017, que tem por objetivo a elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, a qual proporcionará mudanças nos procedimentos de regularização ambiental e acarretará a necessidade de alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locais. Este trabalho será desenvolvido em conjunto pela Semad e FEAM.	<p>* Atuação uniforme nos órgãos do Sisema para as ações relacionadas às atividades minerárias;</p> <p>* Maior eficiência na recuperação de áreas degradadas pelas atividades minerárias;</p> <p>* Sistemática única para paralisação temporária de atividades minerárias, bem como para fechamento de minas.</p>	26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	<p>1º monitoramento: Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações, resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&posicaoPagCorrente=197925&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=108&paginaDestino=80&indice=80</p> <p>A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
					19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	
					08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
					05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
					até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	
					até dezembro/2017	Aprovação final da revisão da DN 74/04	<p>1º monitoramento: A revisão da DN 74 foi aprovada em 06/12/17, resultando na nova DN 217, com vigência a partir de 06/03/18. Para acessar seu conteúdo clique em http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=45558</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
					a ser definido	Alteração dos Termos de Referência existentes, assim como a criação de novos Termos de Referência específicos de acordo com os critérios locais.	<p>1º monitoramento: 1) Em atendimento à DN 217/2017, foram elaborados e disponibilizados no site eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência para elaboração do relatório ambiental simplificado (RAS): GERAL (utilizar somente quando não houver termo específico); Atividades minerárias (Listagem A, exceto Gás Natural; Gás Natural); A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários (somente para ampliação); E-01-18-1 Correia transportadora externa aos limites de empreendimentos minerários; E-01-10-4 Dutos para transporte e distribuição de gás natural, exceto malha de distribuição; Código F-06-01-7 Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação. 2) Foram elaborados e disponibilizados no site eletrônico da SEMAD os seguintes Termos de Referência dos critérios locais - 2.1) subsidiados pelo IEF: Localização prevista em Unidade de Conservação de Proteção Integral, nas hipóteses previstas em Lei; Supressão de vegetação nativa em áreas prioritárias para conservação, considerada de importância biológica "extrema" ou "especial", exceto árvores isoladas; Supressão de vegetação nativa, exceto árvores isoladas; Localização prevista em zona de amortecimento de Unidade de Conservação de Proteção Integral, ou na faixa de 3 km do seu entorno quando não houver zona de amortecimento estabelecida por Plano de Manejo; excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, exceto APA; Localização prevista em Reserva da Biosfera, excluídas as áreas urbanas; Localização prevista em Corredor Ecológico formalmente instituído, conforme previsão legal; e Localização prevista em áreas designadas como Sítios Ramsar; 2.2) Subsidiados pelo IGAM: Localização prevista em área de drenagem a montante de trecho de curso d'água enquadrado em classe especial; Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos; Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio. Está planejada revisão do Termo de Referência inerente ao RCA e EIA/RIMA, com prazo para dezembro de 2018. Os termos de referência podem ser acessados através do link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/351-termos-de-referencia</p> <p>2º monitoramento: Atualização dos Termos de Referência de Inventariamento da Fauna Aquática e Terrestre e de Monitoramento, Resgate e Salvamento da Fauna Terrestre; Disponibilização das metodologias para levantamento de fauna (anfíbios, aves, invertebrados, mamíferos de médio e grande porte, mamíferos voadores, pequenos mamíferos e répteis). Com relação aos Termos de Referência inerentes ao RCA e EIA/RIMA, as minutas foram finalizadas pela Feam em dezembro/2018 e estão em discussão interna com a Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad. O prazo para finalização do trabalho é junho/2019.</p> <p>3º monitoramento: O termo de referência de EIA/RIMA foi analisado pela Semad e retornado à Feam para adequações junto ao Igam e IEF. O novo prazo para finalização do trabalho é dezembro/2019. As revisões dos termos de referência para RCA estão em análise na Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad e o prazo previsto para conclusão é dezembro/2019.</p> <p>4º monitoramento: Cronograma do 3º monitoramento com readequação dos prazos, tendo em vista a regulamentação da Lei de Barragens. O novo prazo para finalização do trabalho é junho/2020. As revisões dos termos de referência para RCA estão em análise na Subsecretaria de Regularização Ambiental da Semad e o prazo previsto para conclusão é junho/2020.</p>

8) manter a atualização do Formulário de Orientação Básica Integrado – FOBI, observadas as mudanças da legislação ambiental;	Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental - SUARA/SURAM/ SEMAD Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD Superintendência de Políticas Regionais - SUPOR/SUGER/ SEMAD	Liana Notari/SUARA Tiago Aroeira/STI Flávia Simão/SUPOR	Está em revisão a minuta de alteração da Deliberação Normativa n.º 74/2004, sendo que após sua aprovação pretende-se a atualização de todos os FOBs, conforme as novas diretrizes. Assim, após definição da documentação necessária à formalização dos processos de regularização ambiental, o sistema deverá ser atualizado e as Suprams orientadas para padronização da aplicação.	<ul style="list-style-type: none"> * Estabelecimento de estudos específicos relacionados aos empreendimentos e atividades, o que demandará FCEs específicos às atividades e, por conseguinte, gerará FOBs específicos; * Atualização da base documental dos procedimentos operacionais; * Atualização dos procedimentos; * Padronização dos fluxos de trabalho; * Uniformidade e padronização de documentos para formalização de processo pelo empreendedor; * Transparência na informação ambiental. 	1º semestre/2018	Atualização de FOBs e FCEs	<p>1º monitoramento: Foi instituído o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) eletrônico, acessado no Sistema Requerimento de Licenciamento Ambiental, plataforma destinada a fornecer o primeiro passo para a regularização ambiental, ou seja, a requisição para que se instaure o processo de licenciamento ambiental. Essa requisição, atualmente, obedece a padrão único de formulário, o que aumenta assertividade das informações e agiliza o processo. Por meio do sistema mencionado também é gerada a orientação para formalização de licenciamento, no que se refere à relação de documentos necessários à instrução do processo. A referida relação de documentos foi objeto de um trabalho minucioso e progressivo de revisão, cujo encerramento ocorreu em 30/07/2018. O FCE pode ser acessado para preenchimento no sistema de requerimento de licenciamento ambiental, conforme link a seguir http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/. Na aba FCE eletrônico basta acessar o link indicado sobre o FCE e ao abrir a planilha, a tela 9 apresenta os documentos necessários.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Atualização 3º monitoramento: as versões do FOB e FCE estão sendo atualizadas constantemente, de acordo com necessidades identificadas. Em 2019, foram disponibilizadas duas atualizações: Versão 10 - disponível em 22/05/2019 e versão 11 - disponível em 03/07/2019. A versão mais atual pode ser acessada pelo link http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/. Na aba "FCE Eletrônico" basta acessar o link indicado sobre o FCE.</p> <p>4º monitoramento: Em 05/11/2019 foi lançado o novo Sistema de Licenciamento Ambiental, o SLA, que promove a caracterização do empreendimento por meio de diversas telas em que o empreendedor insere as informações relativas ao seu empreendimento ou atividade. Ao fim, a listagem de documentos necessária à formalização é gerada ao empreendedor, que deve fazer o upload dos mesmos. Nesse sentido, perdeu-se o objeto da presente ação, o qual foi substituído pelo fluxo do SLA. O SLA pode ser acessado pelo portal Ecossistemas, pelo link: http://ecossistemas.meioambiente.mg.gov.br/portalseguranca/</p>
					2º semestre/2018	Atualização do sistema e orientação às Suprams	<p>1º monitoramento: Em 16/03/18, foram disponibilizados às Suprams os logins de acesso ao sistema de requerimento de licenciamento ambiental, junto com o Manual de Operação, que pode ser acessado através do link: http://licenciamento.meioambiente.mg.gov.br/site/legislacao</p> <p>2º monitoramento: Listagem de documentos gerais para emissão de FOB por modalidade foi revista e atualizada no Siam. Elaboração e divulgação interna do Manual de Procedimentos para processamento interno dos requerimentos de Licenciamento Ambiental a serem seguidos pelas Suprams.</p> <p>3º monitoramento: O FCE eletrônico é constantemente atualizado conforme necessidades de aperfeiçoamento observadas. Atualmente, o FCE se encontra em sua versão 11.0, datada de julho de 2019. As versões com as respectivas orientações são sempre repassadas às Suprams.</p> <p>4º monitoramento: Em 05/11/2019 foi lançado o novo Sistema de Licenciamento Ambiental, o SLA, que promove a caracterização do empreendimento por meio de uma sequência de telas em que o empreendedor insere as informações relativas ao seu empreendimento ou atividade. Ao fim, a listagem de documentos necessária à formalização é gerada ao empreendedor, que deve fazer o upload dos mesmos. Foram oferecidos treinamentos a pontos focais nas Suprams. Quanto a esta ação, pode-se observar que se perdeu o objeto, o qual foi substituído pelo fluxo do SLA. O SLA pode ser acessado pelo portal Ecossistemas, pelo link: http://ecossistemas.meioambiente.mg.gov.br/portalseguranca/</p>
9) observar o disposto no inciso V do art. 41 da Lei Federal nº 10.257, de 2001, quanto à necessidade de plano diretor para cidades inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional;	Subsecretaria de Regularização Ambiental - SURAM/SEMAD	N/A	<p>Ao contrário da Lei Federal n.º 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a Lei Federal n.º 10.257/2001 não discorreu sobre os mecanismos para que se adotem medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor.</p> <p>A ausência de norma a regulamentar as medidas de compensação, no âmbito do licenciamento ambiental, para a elaboração do plano diretor municipal, inviabiliza o seu cumprimento.</p>	Depende de regulamentação no âmbito federal	N/A	art.41 do Estatuto da Cidade pendente de regulamentação para aplicação no âmbito dos estados	<p>1º monitoramento: Está sendo discutida com a Secretaria de estado de Cidades e Integração Regional - Secir a minuta de Decreto que regulamenta o art. 41 , inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, cuja previsão de conclusão é dezembro/2018.</p> <p>2º monitoramento: A minuta de Decreto que regulamenta o art. 41 , inciso V, parágrafo 1º da Lei Federal 10.257/2001, foi concluída pela Semad em conjunto com a Secir. A Secir está responsável pela elaboração da exposição de motivos para publicação do decreto. Com a mudança do governo, está sendo retomado o contato com a Secir para finalização da proposta até 30/06/2019.</p> <p>3º monitoramento: Com a mudança do governo e extinção da Secir, cujas competências foram realocadas para outras Secretarias, ficando a competência relacionadas ao planejamento urbano na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede, as tratativas foram retomadas. Encontra-se em fase de discussão para finalização a minuta do Decreto, com previsão de conclusão até 30/12/2019.</p> <p>4º monitoramento: A minuta de Decreto foi finalizada pelas Secretarias envolvidas (Sede e Semad), e encontra-se aguardando retorno da Consultoria Técnico -Legislativa -CTL , órgão do governo responsável pela articulação de atos normativos, para trâmites legais.</p>

10) tomar as providências e medidas necessárias ao cumprimento das obrigações estatuídas na Deliberação Normativa COPAM nº 127, de 2008, que estabelece diretrizes e procedimentos para avaliação ambiental da fase de fechamento de mina, mediante controle do SISEMA, por meio de procedimentos fiscalizatórios, auditorias, relatórios de avaliação, realizados pelos órgãos ambientais competentes.	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas - FEAM	Liana Notari/SUARA Leticia Capistrano /FEAM	Criação de Grupo de Trabalho mediante a Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Elaboração de Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária, revisão do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina e revisão da DN n.º 127/2008. A primeira reunião ocorreu em 26/06/17.	* Revisão das normas estaduais; * Padronização dos estudos ambientais; * Melhoria na gestão e fiscalização de minerações.	26 de junho/2017	Primeira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação dos membros e dos objetivos do GT.	<p>1º monitoramento: Pauta da revisão da DN 127 no COPAM em 21/02/18. Foi feito pedido de vistas e retornou no dia 21/03/18, quando foi aprovada com alterações resultando na Deliberação Normativa Copam nº 220 , de 21 de março de 2018, publicada em 28/03/2018, conforme link a seguir:</p> <p>http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/197953?paginaCorrente=052&posicaoPagCorrente=197925&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=108&paginaDestino=80&indice=80</p> <p>A revisão do Termo de Referência do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para a atividade minerária, do Relatório de Paralisação Temporária da Atividade Minerária e do Termo de Referência do Plano Ambiental de Fechamento de Mina foram concluídos em novembro/2017.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
					19 de julho/2017	Segunda reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: apresentação de novas normas do DNPM pelo próprio DNPM e uma apresentação sobre as novas regras do licenciamento ambiental.	
					08 de agosto/2017	Terceira reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: início das discussões sobre a minuta de alteração da DN COPAM 127/2008.	
					05 de setembro/2017	Quarta reunião do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017. Objetivo: continuidade das discussões sobre a DN COPAM 127/2008.	
					até novembro/2017	Término dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado pela Resolução Conjunta Semad/FEAM/IEF/IGAM n.º 2.489/2017.	
11) realizar estudos sobre a evasão dos técnicos da SEMAD, objetivando o encaminhamento de projeto de lei à Assembleia Legislativa, de modo a criar mecanismos que incentivem a permanência daqueles profissionais na carreira de Analista Ambiental	SUGER	Renato Alves Pereira/SGDP	Implementação efetiva do acordo judicial homologado, que depende das ações SEPLAG, SECRI e AGE no âmbito do poder executivo e da aprovação da ALMG no âmbito do legislativo.	* Incentivo à permanência dos servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. * Melhoria do clima organizacional * Entrega de resultados mais satisfatórios para a sociedade	Publicação do Decreto em até 10 dias, após o Estado de Minas Gerais superar as vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, os gastos com despesa de pessoal serem inferiores a 46,55% da receita corrente líquida. Publicação da Lei após aprovação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (o PL deverá tramitar em regime de urgência) e sanção do Governador, ambas as publicações conforme Acordo Homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	N/A	N/A

12)avaliar, por ocasião do provimento de cargos e da movimentação de pessoal, a necessidade de distribuição proporcional dos servidores entre as Superintendências da SEMAD, considerando, entre outros critérios, a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento ambiental para atividades decorrentes da exploração do minério de ferro e o estoque de processos existentes em cada unidade	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD	Renato Alves Pereira	<p>A SEMAD tem elaborado materiais técnicos visando ao mapeamento e planejamento da sua força de trabalho como forma de subsidiar o desenvolvimento dos trabalhos referentes a produtividade setorial das Superintendências Regionais de Meio Ambiente - Suprams. Fazem parte do conjunto desses materiais técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Mapeamento e Planejamento da Força de Trabalho – importante ferramenta para a Gestão de Pessoas, que tem como objetivo o aumento da qualidade na execução dos serviços prestados, em decorrência da alocação de pessoas, no quantitativo ideal, de acordo com as competências necessárias para o desempenho eficaz das atividades.• Relatório Gerencial – que tem por objetivo identificar os processos executados pelas Suprams, mediante a coleta dos dados provenientes dos relatórios elaborados pelas Subsecretarias de Regularização Ambiental, de Fiscalização Ambiental e de Gestão Regional, com a análise dos resultados alcançados, projeções de desempenho e proposição de ações para aperfeiçoamento dos processos.• Alinhamento Estratégico - referente à performance no Licenciamento Ambiental, com a Representatividade do Licenciamento nas Suprams desde 2013; o Perfil Histórico da Evolução do Passivo do Licenciamento Ambiental; a Tendência de Agravamento da Acumulação do Passivo do Licenciamento; a Performance Geral das Suprams e por Supram individualizada da Entrada e Finalização de Processos do Licenciamento Ambiental. * Em ocasião da remodelagem da Semad, pela Lei 21.972/16 e Decreto 47.042/16, todas as Suprams foram visitadas e houve avaliação e distribuição dos servidores disponíveis nas unidades administrativas	Melhor distribuição proporcional dos servidores entre as Suprams, considerando a complexidade administrativa, a relevância econômico-social, o quantitativo de áreas passíveis de licenciamento, bem como o número de processos de licenciamento existentes nas Suprams.	Ações já realizadas e contínuas	<p>Cronograma de visitas e treinamentos realizados em 2017 nos Regionais do Sisema, na Remodelagem Institucional:</p> <p>Sul de Minas (Varginha): 28/09 a 30/09; Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Uberlândia): 04/10 a 06/10; Norte de Minas (Montes Claros): 18/10 a 20/10; Alto São Francisco (Divinópolis): 25/10 a 27/10; Jequitinhonha (Diamantina): 08/11 a 10/11; Leste Mineiro (Governador Valadares): 22/11 a 25/11; Central Metropolitana (Belo Horizonte): 30/11 a 02/12; Zona da Mata (Ubá): 05/12 a 07/12; Noroeste (Unai): 13/12 a 16/12.</p>	<p>1º monitoramento: Após a publicação dos Decretos de Competências do Igam, da Feam e do IEF, em janeiro/2018, foi realizada nova análise para redistribuição de pessoas, considerando as novas estruturas e competências assumidas pelas entidades, atendendo, dentro do possível, uma distribuição proporcional de servidores entre as unidades do Sisema.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
13) capacitar os Analistas Ambientais para o exercício das funções inerentes ao cargo, com base em diagnóstico das necessidades demandadas pelas SUPRAMs (alínea — “e” do subitem 3.3.1 da fundamentação)	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD	Renato Alves Pereira	<p>A SEMAD, desde o início do ano de 2017, tem executado ações de desenvolvimento, com o propósito de criar a mentalidade da aprendizagem contínua e do autodesenvolvimento do seu quadro de servidores, utilizando como instrutores os servidores pertencentes às carreiras do Grupo de Atividades de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável com experiência e conhecimento avançado na matéria.</p> <p>Nesse primeiro momento, o foco está sobre o Licenciamento Ambiental, conforme cronograma dos cursos abaixo, atendendo fortemente às demandas encaminhadas pelas Suprams</p>	<p>* Embuir o servidor efetivo de conhecimento técnico/jurídico sobre suas atividades laborativas; * Valorizar os servidores das carreiras do meio ambiente; * Propiciar o conhecimento técnico/científico institucional; * Incentivar a permanência do servidor nas organizações estatais; * Fomentar a padronização da aplicação de normas e procedimentos</p>	Março/2017	Lavratura de Autos de Infração	<p>Atualização fevereiro/2020: No final de 2019 ocorreram os seguintes cursos: Inspeção em Segurança de Barragens, VI Encontro Formativo de Educação Ambiental para a Gestão das Águas, Nova Regulamentação de Outorga, Ética e Regime Disciplinar, Educação Ambiental: Princípios, Conceitos e Metodologias, Manual de Utilização Sistema CAR, Manual de Utilização Sistema MTR, Instrumentos de Gestão sob outra Perspectiva, Desafios da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Esgotamento Sanitário, Desafios para a Preservação das Áreas de Preservação Permanente, O Novo Marco Legal de Segurança das Barragens de Água e os Conflitos pelo Uso das Águas, O Novo Marco Regulatório das Barragens de Mineração.</p> <p>Para o ano de 2020 estão previstas as seguintes capacitações, conforme cronograma em anexo: Práticas de Análise Espacial com o QGIS, CBH Capacitação Diretorias - Práticas e Procedimentos, Comitês de Bacia Práticas - Cobrança, Outorga e plano e enquadramento, Compensação Mata Atlântica, Curso Formação de Instrutores em Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais , Estratégias de Fiscalização, Fiscalização das Atividades Potencialmente Poluidoras, Fiscalização Fauna, flora, pesca, e recursos hídricos, Sistema de Consulta e Requerimento de Audiência Pública, Protocolo de Documentos nas Suprams e Suppri via SEI, Sistema de Decisões dos Processos de Licenciamento Ambiental,Sistema de Consulta e Decisões de Outorga.</p>
14) realizar eventos internos de capacitação e treinamento, de modo a difundir conhecimentos, técnicas e boas práticas, utilizando os servidores mais experientes como instrutores (alínea — “f” do subitem 3.3.1 da fundamentação	Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP/SUGER/ SEMAD				Abril/2017	Abate de Animais e Frigoríficos	
					Maió/2017	Introdução à Espeleologia	
					Junho/2017	Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos Industriais	
					Julho/2017	Emissões Atmosféricas	
					Agosto/2017	Intervenções Ambientais - Módulo I	
					Setembro/2017	Mineração - Módulo I	
					Outubro/2017	Espeleologia	
						Planejamento de todo o conteúdo a ser desenvolvido no ano de 2018, considerando o diagnóstico das necessidades demandadas pelas Suprams.	
					Novembro/2017	Socioeconomia	
Dezembro/2017	Outorgas - Módulo I						
Janeiro/2018	Autorizações de Fauna						

15) reavaliar o modo de atuação da SEMAD, tendo em vista o extenso rol de competências que lhe foram outorgadas, de modo que sejam reservadas à Secretaria, em relação ao SISEMA, apenas e tão somente, atribuições voltadas ao planejamento, coordenação e supervisão, e não de execução, diante dos diversos órgãos e entidades especializados que integram o Sistema.	Gabinete/SEMAD	Daniela Diniz	A organização das competências da SEMAD foi realizada por meio de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, e atualmente estamos operacionalizando a recém aprovada Lei nº21.972 de 21 de janeiro de 2016. O decreto 47.042/2016 alterou as competências no âmbito da Semad de forma que várias competências retornaram às entidades vinculadas (IEF, FEAM, IGAM), por exemplo, atos autorizativos de outorga, intervenções florestais não vinculadas ao licenciamento ambiental, bem como a gestão de áreas abandonadas do plano de fechamento de	* Atuação eficiente e dinâmica por parte dos órgãos que integram o Sisema * Competências melhor definidas * Gestão sistêmica dos problema ambientais	Decreto 47.042 publicado em 06/09/2016 *Decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018	Publicação dos decretos IEF, FEAM e IGAM até dezembro de 2018	1º monitoramento: Foram publicados os Decretos de Competências do IEF, Decreto nº 47344, de 23/01/2018, do Igam, Decreto nº 47343, de 23/01/2018, ambos publicados no dia 24/01/2018 conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194466 e da Feam, Decreto nº 47.347, de 24/01/2018, publicado em 25/01/2018, conforme link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/194543 Competências para emissão de atos autorizativos foram redistribuídas entre as entidades do Sisema conforme matéria, a exemplo das outorgas, que ficam agora a cargo do Igam, e da emissão de DAIs, que passam a ser responsabilidade do IEF, dentre outras. Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento
16) apresentar cronograma físico-financeiro, de modo a sanear as deficiências e suprir as demandas pontuadas no relatório final de auditoria, as quais deverão ser complementadas por meio de diagnósticos realizados por aquela Secretaria de Estado e pelos órgãos e entidades que integram a sua área de competência (art. 6º da Lei Estadual nº 21.972, de 2016), mediante a previsão e a observância de critérios objetivos de priorização, a fim de garantir a segurança dos servidores e do patrimônio do Estado, bem como contribuir para a eficiência dos procedimentos inerentes à instrução dos processos de licenciamento ambiental, sob o crivo do SISEMA.	Subsecretaria de Gestão Regional - SUGER/SEMAD Assessoria de Planejamento - ASPLAN/SEMAD	Diogo Franco/SUGER	Acompanhamento periódico do Plano de Ação elaborado em cumprimento às diretrizes do TCE, com o objetivo de garantir aos Dirigentes Máximos o conhecimento e a constante atualização das ações propostas, apresentar entregas relevantes e fomentar a resolução de entraves por meio da atuação da alta gestão.	* Melhor planejamento e controle das ações propostas; * Alinhamento entre o planejamento físico e o planejamento financeiro; * Subsídio à tomada de decisões; * Informações qualificadas; * Subsídio para a definição de prioridades da Semad; * Interlocução das áreas finalísticas com a alta direção.	Continuado	As atividades do plano de ação que demandam execução de despesa estão previstas na Lei Orçamentária Anual, possuindo disponibilidade orçamentária e financeira para sua realização.	Atualização março/19: Novas aquisições realizadas com recursos do TTAC LIASA, a seguir: 1 Servidor de Streaming 200 Estabilizador de Energia 300va 12 Licença Windows Server 2016 Datacenter 02 Blades 9 Rack 20 No-Breaks 1.2kva 17 Disco SSD10 Scanner 9 No-Breaks 2kva - Rack 44U 10 Scanner 5 Servidor de Rede 01 Processador 32GB RAM Atualização agosto/2019: Distribuição às SUPRAMs e sede de parte dos itens comprados com recursos do TAC LIASA conforme planilha anexa. Ação contínua - sem atualização para o 4º monitoramento
17) criar sistemática de acompanhamento das condicionantes, estabelecidas nas licenças concedidas, de modo a garantir seu cumprimento	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD	Flávio Aquino/SEFIS	Com a reestruturação da SEMAD cada SUPRAM passou a possuir um Núcleo de Controle Ambiental – NUCAM que tem como objetivo de "promover o acompanhamento dos sistemas de controle ambiental dos empreendimentos devidamente regularizados, acompanhar e verificar, nos processos de regularização ambiental em que foi concedida licença de operação, o cumprimento de condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental competente". Além da criação do NUCAM foi elaborada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental	* Rotina de acompanhamento dos empreendimentos licenciados, permitindo assim verificar se os mesmos estão atendendo as condições operacionais estabelecidas no processo de licenciamento ambiental	Abril/2017	Instrução concluído e aplicação pelos NUCAM's	Atualização março/2019: Para o PAF 2019, estão previstas as ações abaixo: - O PAF 2019 dos NUCAMs prevê a fiscalização de 25 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004 ou 217/2017. - O PAF 2019 das DFISCs, Diretorias da Sede e CIAs PM prevê 32 operações ordinárias da agenda marrom, subdivisão extração mineral. Considerando que os NUCAM's iniciaram seus trabalhos em setembro de 2016, objetiva-se realizar uma revisão participativa da IS 04/2017, com contribuição das equipes dos NUCAM's, o que permitirá que a nova IS seja calçada no cotidiano de quem a implementa. A previsão de conclusão da revisão da IS 04/2017 é outubro/19, conforme cronograma 3º monitoramento: Com relação à revisão da IS 04/2017, já houve definição de metodologia de trabalho e coleta de dados via formulário eletrônico. Está prevista, ainda, uma reunião de alinhamento com a equipe técnica dos regionais visando a discussão sobre a metodologia adotada e os dados coletados para definição conjunta dos pontos de revisão, considerando o viés participativo trazido pela definição metodológica. Dessa forma, o prazo para conclusão da revisão é dezembro/2019. A execução do PAF será avaliada ao final de 2019. Até o momento, foram realizadas 47 fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 360 pelas DFISCs e sede. Atualização fevereiro/2020: Foram realizadas em 2019, 79 fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 433 pelas DFISCs e sede. Para o PAF 2020, estão previstas as ações abaixo: - O PAF 2020 dos NUCAMs prevê a fiscalização de 46 empreendimentos enquadrados na listagem A da DN 74/2004 ou 217/2017. - O PAF 2020 das DFISCs, Diretorias da Sede e CIAs PM prevê 39 operações ordinárias da agenda marrom, subdivisão extração mineral. Em relação à revisão da IS 04, a mesma ainda não foi realizada, tendo em vista o adiamento do alinhamento institucional do SISEMA de 2019, sendo prevista nova data para Maio/2020. Além disso, houve nova organização da SEMAD com a vinculação dos NUCAMs à Diretoria Regional de Regularização e à Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental, conforme Resolução Semad nº2926 de 08 janeiro de 2020. A nova previsão para conclusão da revisão da IS 04 é outubro 2020. A execução do PAF será avaliada ao final de 2020. Até o momento, foram realizadas 6 fiscalizações de empreendimentos minerários pelos NUCAMs e 18 pelas DFISCs e sede.

18) estabelecer metodologia para estipulação de condicionantes, definindo critérios de classificação delas no que se refere à prioridade, relevância e risco, baseados nos objetivos e metas ambientais a serem alcançados no licenciamento das atividades de extração do minério de ferro	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/ SURAM/SEMAD Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Liana Notari/DATEN Coordenadores NUCAMs	Criação dos Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016 , treinamentos dos profissionais, para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, promovendo-se maior alinhamento institucional. De forma complementar, a Diretoria de Apoio Técnico e Normativo que tem por finalidade prestar apoio e emanar diretrizes para o alinhamento dos aspectos técnicos e normativos em relação ao processo de licenciamento ambiental e de autorização de intervenção ambiental no Estado, tem realizado visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas, metodologias e procedimentos de trabalho estão sendo criados e acompanhamento de ações.	* Padronização do estabelecimento de condicionantes, no acompanhamento preventivo e na supervisão do cumprimento; * Acompanhamento ambiental preventivo; * Supervisão do cumprimento de condicionantes.	Há previsão de treinamentos sistemáticos com o objetivo de orientá-los quanto à análise técnica dos processos de licenciamento ambiental relacionados às atividades minerárias, cujo primeiro está previsto para realizar-se em outubro de 2017. De forma complementar, ainda estão sendo realizadas visitas técnicas nas quais dúvidas gerais estão sendo tratadas.	No período de 17 a 19 de outubro de 2017 será realizado curso de capacitação para todas as Superintendências Regionais de Meio Ambiente, para a Superintendência de Projetos Prioritários e demais servidores da regularização ambiental acerca do licenciamento ambiental das atividades de mineração, nas quais se inclui a atividade de minério de ferro. Cronograma das visitas técnicas tratando acerca das dúvidas gerais sobre a regularização ambiental: 22 e 23 de junho Supram Alto São Francisco, 06 e 07 de julho Supram Zona da Mata, 13 e 14 de julho Supram Central Metropolitana, 31 de julho a 02 de agosto Supram Leste de Minas, 04 a 06 de setembro Supram Norte de Minas, 13 a 15 de setembro Supram Noroeste de Minas, 09 a 11 de outubro Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 13 e 14 de novembro Supram Sul de Minas, e 04 e 05 de dezembro Supram Jequitinhonha.	Atualização agosto/19: Desde a última atualização, em março/2019, houve alteração no cronograma de visitas técnicas de alinhamento às Suprams. Desta forma, foi realizada visita a SUPRAM Zona da Mata (07 e 08-05-2019) e estão previstas para o segundo semestre visitas a Suppri (05/09/2019); a SUPRAM Central Metropolitana(30-09-2019); SUPRAM Norte de Minas (02 a 04-10-2019); e SUPRAM Jequitinhonha (07 e 08-11-2019). Com a publicação da DN 217/2017, que trouxe seção específica para o gerenciamento dos impactos ambientais e o estabelecimento de condicionantes, foram definidos critérios para fixação de condicionantes, aplicáveis a todos os processos de regularização ambiental. 4º monitoramento: Está em fase de estudo para implementação a aplicação do índice IDAL (Índice de Desempenho Ambiental no Licenciamento Ambiental), o qual visa fundamentar a tomada de decisão na análise das renovações de Licenças Ambientais. Com isso, objetiva-se também estabelecer a prioridade de condicionantes, além de proporcionar clareza e racionalidade na aplicação das mesmas ao licenciamento ambiental. O prazo para avaliação da viabilidade de implantação do IDAL é Setembro/2020.																																																																							
19) proceder ao planejamento da fiscalização ambiental integrada nos empreendimentos minerários, de forma rotineira, não limitada às operações especiais;	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD Gerência de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens - Geram/Feam	Flávio Aquino/SEFIS Letícia Capistrano/FEAM	Construção dos Planos Anuais de Fiscalização, mantendo a mesma metodologia adotada em 2017 no qual forma incluídas 38 operações de fiscalização das atividades minerárias, em razão da mineração estar incluída com um dos pontos de pressão ambiental de Minas Gerais. Além disso, na nova proposta de Decreto da FEAM, a GESAD tem a competência de "orientar, avaliar e acompanhar a regularização ambiental de empreendimentos minerários para o seu encerramento e na fase de fechamento de mina, em articulação com órgãos e entidades do SISEMA. Além disso, com a publicação do Decreto 47.760/2019, as competências da Geram, inclusive de fiscalização, são relacionadas a "reabilitação e à recuperação de áreas degradadas pela mineração, no âmbito do fechamento de mina, e à gestão de barragens de resíduos e rejeitos da indústria e da mineração". Ressalta-se que a Gerência de Qualidade do Solo e Reabilitação de Áreas Degradadas – GESAD foi extinta da atual estrutura da Feam.	* Incremento do quantitativo de ações de fiscalização nos empreendimentos minerários * Padronização dos procedimentos * Diminuição dos prazos de análise	out/17 Definição da Metodologia de Trabalho nov/17 Elaboração do PAF 2018 dez/17 Aprovação do PAF 2018 dez/18 Execução PAF 2018	<table><tr><th colspan="6">Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC</th></tr><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Atividades com Infração</th><th>% Atividades com Infração</th><th>Infrações</th></tr><tr><td>2016</td><td>217</td><td>346</td><td>206</td><td>59,5%</td><td>278</td></tr><tr><td>2017</td><td>586</td><td>846</td><td>377</td><td>44,6%</td><td>483</td></tr><tr><td>2018</td><td>301</td><td>483</td><td>301</td><td>62,3%</td><td>412</td></tr><tr><td>2019</td><td>433</td><td>789</td><td>440</td><td>55,8%</td><td>485</td></tr></table> Dados de 13/01/2020 <table><tr><th colspan="6">Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM</th></tr><tr><th>Ano</th><th>Fiscalizações</th><th>Atividades</th><th>Atividades com Infração</th><th>% Atividades com Infração</th><th>Infrações</th></tr><tr><td>2016</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td></tr><tr><td>2017</td><td>62</td><td>71</td><td>32</td><td>45,1%</td><td>37</td></tr><tr><td>2018</td><td>62</td><td>81</td><td>47</td><td>58,0%</td><td>66</td></tr><tr><td>2019</td><td>79</td><td>105</td><td>42</td><td>40,0%</td><td>75</td></tr></table> Dados de 13/01/2020 A PMMG fiscalizou 1362 empreendimentos em 2019. Das 1532 atividades fiscalizadas, 356 tiveram infração (23,2%), totalizando 558 infrações no período. Já a Feam realizou 7 fiscalizações correlacionadas a Fechamento de Mina e 190 fiscalizações em barragens de mineração no segundo semestre de 2019. No primeiro bimestre de 2020 foram feitas pela FEAM 4 fiscalizações correlacionadas a Fechamento de Mina e 57 fiscalizações em barragens de mineração.	Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC						Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações	2016	217	346	206	59,5%	278	2017	586	846	377	44,6%	483	2018	301	483	301	62,3%	412	2019	433	789	440	55,8%	485	Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM						Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações	2016	-	-	-	-	-	2017	62	71	32	45,1%	37	2018	62	81	47	58,0%	66	2019	79	105	42	40,0%	75
Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - Sede e DFISC																																																																														
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações																																																																									
2016	217	346	206	59,5%	278																																																																									
2017	586	846	377	44,6%	483																																																																									
2018	301	483	301	62,3%	412																																																																									
2019	433	789	440	55,8%	485																																																																									
Fiscalizações de Empreendimentos Minerários - NUCAM																																																																														
Ano	Fiscalizações	Atividades	Atividades com Infração	% Atividades com Infração	Infrações																																																																									
2016	-	-	-	-	-																																																																									
2017	62	71	32	45,1%	37																																																																									
2018	62	81	47	58,0%	66																																																																									
2019	79	105	42	40,0%	75																																																																									

20) enviar esforços com vistas à celebração de acordos de cooperação técnica com os órgãos municipais de meio ambiente nos municípios impactados pelos empreendimentos minerários, objetivando a realização de trabalhos conjuntos de fiscalização, de forma a permitir uma maior integração entre os órgãos ambientais	Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM/SURAM/ SEMAD	Cibele Magalhães/ Suram	<p>Entrou em vigor a Lei Estadual n.º 21.972/2016 e o Decreto Estadual n.º 47.042/2016, o que fez com que fosse criada a Diretoria de Apoio à Gestão Municipal - DAGEM. Revogação da Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006 e vigência do Decreto Estadual n.º 46.937/2016. Já celebraram convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado, visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal os seguintes municípios: Belo Horizonte; Betim; Brumadinho; Contagem; Juiz de Fora; Uberaba; e Ibirité.</p> <p>Em 2017 os municípios de Contagem e Betim ampliaram as atribuições estabelecidas nos acordos de cooperação técnicas anteriores passando pela regularização de empreendimentos classe 05, nos termos da DN 074/04</p>	<p>A criação de uma Diretoria de Apoio à Gestão Municipal contribui para o aumento do vínculo do órgão ambiental estadual com os municípios localizados em sua base territorial, prestando maior apoio a esses. O Decreto Estadual n.º 46.937/2016 racionalizou os requisitos exigidos pela Deliberação Normativa COPAM n.º 102/2006, visando ao aumento da Delegação da Gestão Ambiental Municipal para celebração de acordos de cooperação técnica. A delegação contribui para maior controle das atividades, considerando a facilidade e a otimização da gestão territorial, além de contribuir para a diminuição do passivo de processos de regularização ambiental em processamento e análise pelo órgão estadual.</p> <p>A partir da estruturação dos municípios impulsionados pela Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, esses estarão cada vez mais capacitados quanto à fiscalização da atividade e controle ambiental, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para as atividades de regularização ambiental de impacto local, contribuindo para o aumento do número de municípios interessados na delegação de competências originárias do órgão ambiental estadual. Além disso, seis municípios já manifestaram adesão ao licenciamento ambiental com competência originária, sendo eles: Patrocínio, Frutal, Itabirito, Belo Vale, Três Marias e Santa Luzia.</p>	Processo contínuo	<p>Já houve a criação da Diretoria de Apoio à Gestão Municipal, cujo apoio aos municípios é contínuo. De forma complementar, entrou em vigência a Deliberação Normativa COPAM n.º 213/2017, em que 61 municípios já manifestaram interesse em aderir às competências nela estabelecidas, o que fomenta a formação e capacitação de órgãos ambientais municipais para a regularização ambiental das atividades de impacto local, contribuindo para o aumento da delegação de competências. Percebe-se que o Estado tem enviado esforços em capacitar seus municípios para que esses assumam cada vez mais competências relacionadas à regularização ambiental</p>	<p>22 Municípios em 2017 - Patrocínio (02/05/2017), Frutal (05/06/2017), Itabirito (10/07/2017), Belo Vale (11/07/2017), Três Marias(11/07/2017) Santa Luzia (17/07/2017), Araporã (11/08/2017), Mariana (15/08/2017), Sacramento (22/08/2017), Carmo do Cajuru (15/09/2017), Tupaciguara (15/09/2017), Malacacheta (22/09/2017), Itajubá (22/09/2017), Pará de Minas (02/10/2017), Barbacena (03/10/2017), Muriaé (09/10/2017, , Itabira (13/11/2017), Felixlândia (01/12/2017) Ribeirão das Neves (01/12/2017) Montes Claros (08/12/2017) Pompéu(15/12/2017) Araújos (26/12/2017)</p> <p>35 municípios em 2018: Lagoa Santa (01/02/2018), Prata (05/02/2018), Bom Despacho (23/04/2018), Viçosa (10/05/2018), Limeira do Oeste (16/05/2018), Ponte Nova (21/05/2018), Além Paraíba (10/06/2018), Itaúna (03/09/2018), Conceição do Mato Dentro (03/10/2018), Governador Valadares (29/10/2018), Bocaiúva - CODANORTE(28/11/2018) Botumirim - CODANORTE (28/11/2018) Catuti - CODANORTE (28/11/2018) Claro dos Poções - CODANORTE (28/11/2018) Francisco Sá - CODANORTE (28/11/2018) Grão Mogol (28/11/2018), Mirabela (28/11/2018), São João da Ponte (28/11/2018) São João do Pacuí (28/11/2018) Buenópolis (28/11/2018) Itacambira (28/11/2018) Varzelândia (28/11/2018), Alto Caparaó (12/12/18), Antônio Dias (21/12/18) Belo Oriente (21/12/18), Bugre(21/12/18), Corrego Novo(21/12/18), Don Cavati (21/12/18), Entre Folhas (21/12/18), Iapu (21/12/18), Ipaba(21/12/18),Ipatinga (21/12/18), Periquito (21/12/18), Pingo Dágua (21/12/18), São João do Oriente (21/12/18)</p> <p>36 municípios em 2019: Itacarambi (08/01/2019), Januária (23/01/19), Patis (23/01/19), Jaíba (31/01/19) Teófilo Otoni (13/02/2019), São José da Lapa (14/02/2019) , Olhos d'água (27/03/2019) , Agua Comprida (02/04/2019) Montalvânia (26/04/2019), Indianópolis (06/05/2019), Brasília de Minas (31/05/2019), Carlos Chagas (12/06/2019) Monte Alegre de Minas (01/07/2019), São Sebastião do Paraíso (01/07/2019), Carmo do Paranaíba(02/07/2019), Varjão de Minas(02/07/2019), , Cruzeiro da Fortaleza - CISPAP (02/07/2019), Guimarânia - CISPAP (02/07/2019), Rio Paranaíba - CISPAP (02/07/2019), Serra do Salitre - CISPAP (02/07/2019), Tiros - Cispap, 02/07/2017, Braúnas (03/07/2019), Sem peixe (03/07/2019), São Gotardo (11/07/2019), Matozinhos (01/08/2019), Manhuaçu (05/08/2019), Congonhas(12/09/19), Pedras de Maria da Cruz (20/08/2019, Cônego Marinho(20/08/2019), Capitão Enéas (20/08/19), Ponto Chique (29/08/2019), Naque (23/09/2019), Manga (26/09/2019), Juatuba (01/10/2019), Cataguases (24/10/2019) e Rio Casca (04/11/2019)</p> <p>Para acessar informações atualizadas sobre os municípios aptos a exercer a atribuição originária acessar o link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/358-manifestacao-dos-municipios-com-competencia-origiaria</p> <p>Em 2019 foram capacitados 193 municípios.</p> <p>Em 2020: Foram 07 municípios que se tornaram aptos a exercer a atribuição originária: Caratinga - CINVA LESTE (13/01/2020), Coronel Fabriciano - CINVA LESTE (11/02/2020), Divinópolis (03/02/2020), Dolores do Indaí (03/02/2020), Piedade do Caratinga - CINVA LESTE (13/01/2020), Sete Lagoas (02/01/2020) e Ubá (02/01/2020).</p> <p>E 09 Municípios que celebraram convênios de cooperação administrativa e técnica com o Estado visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto ambiental restritas ao território municipal: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Extrema, Ibirité, Juiz de Fora, Ponte Nova, Uberaba.</p>
---	--	-------------------------	--	---	-------------------	--	--

21) estimular a criação de comissões institucionais especiais de acompanhamento de impactos ambientais com representantes comunitários ou organizações não governamentais	Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais - DEARI/SEMAD Assessoria de Comunicação - ASCOM/SEMAD	Thiago Aroeira / TI/ SUGER Fernanda Wasner/DEARI Valquiria/ Ascom	Ação 01: Manter base de informações precisas e organizadas, em modo digital (SIAM/SISEMANet) de todos os empreendimentos licenciados e da documentação correspondente, tais como: termos de referência, estudos ambientais, pareceres, etc. Ação 02: Realizar amplas campanhas de divulgação das ferramentas de denúncia ambiental do SISEMA, conjugadas com a divulgação das informações e documentos sobre os empreendimentos minerários, fomentando a participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais destes empreendimentos. Ação 03: Promover as reuniões da Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental, com participação de um representante de Organização Não Governamental como membro permanente e também da sociedade civil em geral, principalmente de representantes de comunidades atingidas e outras ONGs ambientalistas, como público, para discussão dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários de grande porte passíveis de licenciamento ambiental.	Maior participação da sociedade civil no acompanhamento dos impactos ambientais dos empreendimentos minerários, através do aumento da transparência e da gestão participativa, somando esforços e complementando as ações de fiscalização em parceria com o Estado, e consequentemente fomentando a fiscalização às infrações ambientais e a melhoria da qualidade ambiental no Estado.	até agosto/2018	Ação 01: Conforme Plano de Ação de atendimento da recomendação nº 05.	Atualização fevereiro/2020: Seguindo as diretrizes do ano de 2019, o Programa Diálogos com o Sisema também será realizado no interior em 2020, alcançando cada uma das nove regionais da Semad, com a primeira reunião em Belo Horizonte no mês de março. As informações completas do Programa são divulgadas no site www.meioambiente.mg.gov.br/educacao-ambiental/dialogos-com-o-Sisema ". Desde sua criação, o Programa já contou com 1107 participações, dentre elas representantes de órgãos públicos, empresas, comitês de bacia hidrográfica, estudantes, professores, Organizações Não Governamentais e sociedade em geral. Adicionalmente, em 2020, será realizada a IV Edição do Prêmio de Boas Práticas Ambientais do Sisema, instituído pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.608 de 7 de março de 2018, que visa reconhecer, incentivar e divulgar as boas práticas, ações e projetos de conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais.
			Continuado		Ação 02: Imediatamente após a conclusão das medidas da ação anterior.	Atualização março/19: No site da Semad há um menu específico para o canal de denúncias ambientais: http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia Também existe um outro canal que recebe denúncias, na páginas: do Núcleo de Emergências Ambientais da Semad: http://www.meioambiente.mg.gov.br/emergencia-ambiental do IEF: http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia da Feam: http://www.feam.br/fiscalizacao e do Igam: http://www.feam.br/fiscalizacao Acrescenta-se que o Sisema divulga suas ações também via Facebook, Instagram e YouTube, visando difundir as informações a um maior número de cidadãos. Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 3º monitoramento Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 4º monitoramento	
			Continuado		Ação 03: Ação em andamento desde fevereiro/2017, sendo realizada de forma permanente.	1º monitoramento: As reuniões acontecem de forma continuada, mensalmente, por meio da Câmara Técnica de Atividades Minerárias - CMI do COPAM, conforme pode se aferir através do link: http://www.reunioes.semam.mg.gov.br/copam_reunioes.asp?x_camara=CPA Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 2º monitoramento Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 3º monitoramento Ação de caráter contínuo - sem atualização para o 4º monitoramento	
22) observar os requisitos especificados nos incisos I e II e no parágrafo único do art. 2º da DN COPAM nº 167, de 2011, como condição de validade das medições ambientais, constantes dos relatórios e certificados de calibração, emitidos pelos laboratórios prestadores de serviços ambientais no Estado de Minas Gerais	Superintendência de Estratégia em Fiscalização Ambiental - SEFIS/SUFIS/ SEMAD Núcleos de Controle Ambiental - NUCAMs	Flávio Aquino/SEFIS	Em face da recomendação é necessário a procedimentação para fins de aplicação dos critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011, em especial das avaliações dos automonitoramentos. Como já informado, foi feita alteração na estrutura orgânica do Sisema, por meio da vigência da Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016, que culminou, posteriormente, com a edição do Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016. Nesta alteração foram criados os NUCAMs, que se dedicam ao acompanhamento dos empreendimentos licenciados. Visando garantir a aplicação dos critérios da DN 167/2011 e outros procedimentos, foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017 que dispõe sobre procedimentos para a análise e acompanhamento de condicionantes de processos de licenciamento ambiental pelos Núcleos de Controle Ambiental – NUCAMs.	Um dos objetivos das instruções de serviço é a padronização de procedimentos por todas as unidades administrativas da SEMAD, deste modo espera-se que com edição da IS 04/2017 todos os servidores passem a observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011.	Abril/2017	Instrução concluída e aplicação pelos NUCAMs e DREG's	1º monitoramento: A revisão da DN 167/11 foi concluída com a publicação da DN 216/17, de 27/10/17 em que, dentre as obrigações já previstas na DN 167/11 ressalta-se os avanços dos seguintes pontos: 1- Limitou a emissão de laudos de pressão sonora e vibração por profissionais autônomos sem acreditação/Reconhecimento de competência até 01 de janeiro de 2020. Posterior a essa data todos os laudos emitidos devem ser por ente (pessoa física ou jurídica) acreditados/reconhecidos. 2- Retornou com a obrigação de lista entes a) credenciados; b) reconhecida e competencia e c) em processo de reconhecimento e/ou acreditação no site da FEAM, e 3- Cria critérios para cadastro e descadastramento de entes. http://jornal.iof.mg.gov.br/xmliu/handle/123456789/190742 Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento
			Criação dos NUCAMs pelo Decreto Estadual n.º 47.042/2016. O analista lotado no NUCAM vai aferir se a medição recebida é proveniente de laboratório cadastrado. Também foi editada a Instrução de Serviço Sisema 04/2017, que estabelece a necessidade de observar os critérios estabelecidos na DN COPAM 167/2011. De toda a forma, no âmbito do Gabinete do Secretário Adjunto está sendo coordenado um trabalho de análise da eficácia da DN 167/2011.	A análise do autormonitoramento será realizada por uma unidade específica da Superintendência Regional de Meio Ambiente, não se confundindo, essa unidade, com aquela destinada a licenciar os empreendimentos, o que possibilitará maior efetividade do órgão ambiental no controle dos empreendimentos licenciados/autorizados ambientalmente.	Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs	Já houve alteração na legislação quanto à criação dos NUCAMs.	

23) promover a revisão da DN COPAM nº 12, de 1994, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD	Liana Notari/DATEN	Revisão da DN n.º 12/1994 após a revisão da DN n.º 74/2004, que ocorrerá até o final do ano de 2017.	<ul style="list-style-type: none"> • Devolutiva do órgão à sociedade • Maior conhecimento da população acerca das datas e locais de realização de Audiências Públicas • Maior conhecimento da população acerca da instalação dos empreendimentos. 	abr/18	Conclusão da revisão da DN 12	<p>1º monitoramento: A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383.</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>3º monitoramento: Além da revisão da DN 12 do Copam, importante ressaltar que foi criado para solicitação, realização e execução acerca do processo de licenciamento ambiental, o sistema para audiências públicas, disponível no site eletrônico da Semad no endereço: http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia</p> <p>4º monitoramento: A Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, foi atualizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 237 pela CNR realizada em 19/02/2020, devido às novas obrigações dadas pela publicação da Lei 23.291/2019. Por meio desta atualização objetivou-se dar mais amplitude ao alcance das audiências públicas, especialmente em relação aos municípios impactados pelo empreendimento.</p>
	Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD	Bruno Tavares/ASNOP			jun/18	Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM	
24) aprimorar as análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental das atividades minerárias, de forma a garantir que o meio ambiente seja considerado de forma ampla, justificando, quando for o caso, os motivos pelos quais as demandas apresentadas nas audiências públicas fogem à competência do SISEMA	Diretoria de Apoio Técnico e Normativo - DATEN/SUARA/SURAM/SEMAD	<p>Daniela Diniz/Gabinete Semad</p> <p>Aldemir Carvalho/UICI</p> <p>Liana Notari/Suram</p>	<p>Entraram em vigência nos últimos anos diversos instrumentos normativos, a saber: Lei Estadual n.º 21.972, de 21 de janeiro de 2016.</p> <p>Decreto Estadual n.º 46.937, de 21 de janeiro de 2016.</p> <p>Decreto Estadual n.º 46.953, de 23 de fevereiro de 2016.</p> <p>Decreto Estadual n.º 46.993, de 02 de maio de 2016.</p> <p>Decreto Estadual n.º 47.042, de 06 de setembro de 2016.</p> <p>Decreto Estadual n.º 47.137, de 24 de janeiro de 2017.</p> <p>Deliberação Normativa COPAM n.º 210, de 21 de setembro de 2016.</p> <p>Deliberação Normativa COPAM n.º 213, de 22 de fevereiro de 2017.</p> <p>Deliberação Normativa COPAM n.º 214, de 26 de abril de 2017.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar as análises técnicas nos processos de licenciamento ambiental • Padronizar os procedimentos entre todas as SUPRAMs e SUPPRI. 	Continuado	-	<p>Atualização agosto/19: Após a última atualização, em março/2019, foram editadas as seguintes normas:</p> <p>Resolução Conjunta Semad/Feam nº 2.784, de 21 de março de 2019, que determina a descaracterização de todas as barragens de contenção de rejeitos e resíduos, alteadas pelo método a montante, provenientes de atividades minerárias, existentes em Minas Gerais e dá outras providências, que pode ser acessada no link: http://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=48138</p> <p>Resolução Conjunta Semad/Feam/Igam nº 2.827, de 24 de julho de 2019, que indica os membros do comitê com vistas ao estabelecimento de diretrizes, premissas e termos de referência para a descaracterização de barragens que utilizem ou que tenham utilizado o método de alteamento a montante no Estado de Minas Gerais, nos termos da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.784, de 21 de março 2019, que pode ser acessada no link: http://www.siam.mg.gov.br/sia/download.pdf?idNorma=49355</p> <p>Foram apresentadas pela Controladoria Geral do Estado - CGE os resultados da Auditoria de Gestão de Risco e Integridade, sendo propostas pela Semad medidas de mitigação dos riscos identificados, incluindo os direcionados às análises técnicas dos processos de licenciamento ambiental.</p> <p>4º monitoramento: A Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, foi atualizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 237 pela CNR realizada em 19/02/2020, devido às novas obrigações dadas pela publicação da Lei 23.291/2019. Por meio desta atualização objetivou-se dar mais amplitude ao alcance das audiências públicas, especialmente em relação aos municípios impactados pelo empreendimento. Paralelamente, existem 03 (três) grupos de trabalho (Caução - PAE - Majoração de Multa) que atuam na regulamentação da mesma lei, conforme o Decreto nº 47.739/2019, que constitui grupos de trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação de dispositivos da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a política estadual de segurança de barragens.</p>
25) desenvolver instrumentos para padronização de procedimentos, com a finalidade de orientar os servidores da SEMAD sobre o processo participativo das audiências públicas.	Assessoria de Normas e Procedimentos - ASNOP/SEMAD		O Decreto Estadual nº 47.042 de 06 de setembro de 2016, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, inseriu na estrutura orgânica da Semad a Assessoria de Normas e Procedimentos – Asnop.	<ul style="list-style-type: none"> • Definição clara do rito da audiência pública, de modo que as normas vigentes sejam aplicadas de forma padronizada, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, por todos os servidores da Semad; • Otimização da divulgação de informação ao público alvo da audiência pública. • Definição de procedimentos operacionais mais adequados; • Atualização dos procedimentos; • Padronização dos fluxos de trabalho. 	jun/18	Aprovação da revisão da DN 12 no COPAM	<p>1º monitoramento: A minuta de revisão da Deliberação Normativa nº 12 foi pautada na 118ª Reunião Ordinária da Câmara Normativa Recursal – CNR – no Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, em 27 de junho de 2018. O texto pautado foi aprovado na 119ª Reunião Ordinária da CNR, em 25 de julho de 2018, com alterações. Em 01 de agosto de 2018, foi publicada a Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, na Imprensa Oficial de Minas Gerais, conforme pode se verificar através do link: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/205383</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 4º monitoramento</p>
	<p>Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/SUGER/SEMAD</p> <p>Superintendência de Políticas Regionais - SUPOR/SUGER/SEMAD</p>	<p>Bruno Tavares/ASNOP</p> <p>Tiago Aroeira/STI</p> <p>Breno Lasmar/SUPOR</p> <p>Flávia Simão/SUPOR</p>	<p>A Asnop tem dentre suas atribuições a execução de ações visando ao alinhamento estratégico de normas e procedimentos de natureza técnica para a execução dos atos autorizativos, fiscalização e monitoramento ambiental no âmbito do Sisema.</p>		set/18	Elaboração de instrumento de orientação, nos termos da Orientação Sisema n.º 01/2016.	<p>1º monitoramento: Tendo em vista que a Deliberação Normativa Copam nº 225, de 25 de julho 2018, possui caráter estritamente procedimental, não vislumbrou-se a necessidade de elaboração de instrução de serviço ou orientação Sisema para sua aplicação.</p> <p>No entanto, foi instituído por meio da Resolução Semad nº 2.683, de 31 de agosto de 2018, e está disponível no site eletrônico da Semad, o Sistema de Consulta e Requerimento de Audiências Públicas, ferramenta procedimental que tem por finalidade a disponibilização, recepção dos requerimentos e comunicações gerais acerca dos processos de licenciamento ambiental passíveis de realização de audiências públicas, qualquer que seja a classe de enquadramento ou o fator locacional incidente, para acessar o sistema utilize o link: http://www.meioambiente.mg.gov.br/sem-categoria/529-consulta-e-requerimento-de-audiencia-publica</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 2º monitoramento</p> <p>Ação concluída - sem atualização para o 3º monitoramento</p> <p>4º monitoramento: A Deliberação Normativa Copam nº 225, que dispõe sobre a convocação e a realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental estadual, foi atualizada por meio da Deliberação Normativa Copam nº 237 pela CNR realizada em 19/02/2020, devido às novas obrigações dadas pela publicação da Lei 23.291/2019. Por meio desta atualização, objetivou-se dar mais amplitude ao alcance das audiências públicas, especialmente em relação aos municípios impactados pelo empreendimento. A Nova DN possui um texto mais claro e executivo, de modo que a princípio, não se verificou necessidade de elaboração de IS às Suprams.</p>